

## **A T A da 1ª. Reunião Plenária Ordinária de 2008**

### **COMITÊ DA BACIA HIDROGRAFICA ALTO TIETÊ**

#### **CBH - AT**

Aos vinte e oito de janeiro de 2008, às 13h30, reuniram-se no Auditório da CDHU, situado à Rua Boa Vista, 170, município de São Paulo-SP, os membros, representantes e convidados do CBH-AT, para tratar da pauta, conforme estabelecido no Ofício nº 03/08 – Sec. Exec./CBH-AT.

#### **A plenária do CBH-AT deliberou e encaminhou:**

O Senhor Presidente do CBH-AT Clóvis Volpi, representando o segmento municípios, Prefeito Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, deu as boas vindas solicitando as seguintes presenças na mesa diretora dos trabalhos o Secretário-Adjunto de Meio Ambiente Dr. Pedro Ubiratan e a Coordenadora de Recursos Hídricos- CRHi Sra. Rosa Maria Machado de Oliveira Mancini, o Vice-Presidente do Comitê Sr. Marco Antonio Palermo, o Secretário Executivo do CBH-AT Sr. Otávio Okano, a Secretaria Adjunto do CBH-AT Sra. Maria Emília Botelho, representando segmento governo do estado de São Paulo/Cetesb colocou em apreciação a Ata da Reunião anterior, ocorrida aos dez de dezembro de 2007, na qual, foi **aprovada**. Reiterando que Gilmar Manguiera representa a entidade Federação dos Mutuários dos Moradores de Estado de São Paulo-FMMESP e Eduardo Coutinho a entidade Catalisa, ambos pelo segmento Sociedade Civil Organizada. No item informes, destacamos, Marco Antônio Palermo, Vice-Presidente representando segmento Sociedade Civil Organizada, Entidade Associação Brasileira de Recursos Hídricos-ABRH disse que foi realizada, como anunciada, a eleição e as indicações dos membros da Sociedade Civil Organizada para o Conselho Curador e o Conselho Fiscal da Fundação Agência da Bacia do Alto Tietê - FABHAT. Solicitou à Secretaria Executiva repassar as decisões da reunião. Foi criado um Grupo de Trabalho Especial – GT-Especial, ligado a Câmara Técnica de Planejamento e Gestão CTPG, a pedido da Secretaria de Meio Ambiente para analisar o empreendimento Central de Tratamento de Resíduos Leste - CLT, composto pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos-ABRH, Universidade de São Paulo-USP e pela Federação das indústrias do estado de São Paulo-FIESP, agendando reunião para o dia 07/02, às 09:30h, na Agência da Bacia, e ainda, foi solicitado, também, o comparecimento da Secretaria Executiva CBH-AT e se possível, disponibilizando os elementos técnicos para a apreciação do empreendimento. O Secretário Executivo informou que realizaram Oficinas para

o estabelecimento de critérios para a priorização dos projetos FEHIDRO. Receberam indicações da Emplasa para composição nas Câmaras Técnicas de Planejamento e Gestão, de Saneamento e de Drenagem. Informou que o Comitê indicou os representantes para Conselho da Gestão da Reserva da Biosfera, e o calendário das próximas etapas das reuniões macro regionais da 3a. Conferência Estadual de Meio Ambiente "Mudanças Climáticas" preparatória para a Conferência Nacional. Nos informes dos Coordenadores das Câmaras Técnicas, Domingos Sadalla representando segmento Sociedade Civil Organizada, entidade ABES, e Coordenador da Câmara Técnica de Saneamento Ambiental disse que a segunda reunião ocorreria dia 11/02/08, provavelmente com duas propostas reivindicando recursos FEHIDRO. Antonio Carlos Thyse representando segmento governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Abastecimento e Agricultura, e Coordenador do GT-Cobrança, disse que ao final de dezembro elaboraram o cronograma de atividade do GT e que o Presidente do CBH-AT encaminhou ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH, cuja cobrança deverá iniciar em 2008. Thiago Araújo representando segmento municípios pela Prefeitura Municipal de Cajamar, participando do GT-FEHIDRO, disse que realizaram Oficinas de trabalhos com os Subcomitês, onde foram elencado algumas prioridades para todo o Alto Tietê. No prosseguimento dos trabalhos ocorreu a apresentação "Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Alto Tietê - Diagnóstico Analítico da Bacia do Alto Tietê", por Luiz Fernando da Fundação da Universidade de São Paulo-FUSP, cuja íntegra encontra-se na Ata completa, destacamos alguns aspectos: os principais temas abordados no Plano: Organização da Base de Dados, Características Fisiográficas e Hidroclimáticas, Caracterização Físico-Ambiental, Disponibilidade Hídrica, Dinâmica Sócio-Econômica, Estudos de Demanda, Uso do Solo, Infra-Estrutura Urbana, Qualidade da Água, Instrumentos de Gestão, Modelo Institucional e Próximos Passos. A Base de dados tem 21 mapas atualizados como, por exemplo, Reavaliação da Produção Hídrica, atualizando o potencial de produção dos aquíferos. "A Conclusão é que o sistema está no limite do risco admissível. O trabalho gerou um balanço hídrico levantando as vazões garantidas em 95% do consumo, que comparando com a produção atual, identificamos os mananciais com situação mais complicada. Esse é um grande tema que temos a tratar, nunca tratamos nas alternativas de expansão, são de difícil viabilidade técnica-econômica e, principalmente, ambiental. Programas de uso racional e controle de perdas e reúso resultam em "folgas" pequenas, mas não são suficientes para segurança de um sistema deste porte. Enfrentamos dificuldades crescentes no tratamento de água do Sistema Guarapiranga-Billings e não há limitações de outorga na área de influência dos sistemas, e não há controle de uso e ocupação do solo. Há necessidade premente de agilizar a implementação do Plano Diretor de Águas - PDA. O "crescimento moderado" na RMSP significa crescer como um municípios de Guarulhos a cada cinco anos e o crescimento da população se dá não só na periferia como nas áreas de mananciais. "A questão da

Cobrança e o sistema de informações que também é crucial. Relata que, tiveram a preocupação de colocar nesse diagnóstico a informação precisa, georreferenciada, instrumentos adicionais, como o Plano de Desenvolvimento de Proteção Ambiental - PDPA, a questão dos recursos que é uma das causas do plano não se implementar, a questão dos planos municipais, considerar os interesses metropolitanos nas intervenções municipais a integração entre os Planos Municipais como o Plano Diretor, muitos municípios estão fazendo seus Planos de Saneamentos, (...) existe uma diferença entre a área geográfica de atuação dos Subcomitê com os limites das subbacia segundo mapeamento e existe aqui no meio, justamente a área mais problemática. O plano propõe uma reordenação do modelo institucional atual com ajuste à divisão física de bacias. Estamos prevendo que entre março até julho estaremos concluindo o Plano de Bacia com o plano de ação e programas de investimentos e com o foco na questão da Cobrança. Uma das coisas que vale a pena investir, precisamos ver se haverá recursos, é o aperfeiçoamento do banco de dados georreferenciado inclusive com o SSD - Sistema de Suporte à Decisão que poderia ser a Agência com SABESP, CETESB, SMA, etc. e as diretrizes e acordos definidos com o Comitê e daqui para frente com acompanhamento bem mais próximo para podermos fechar o plano que realmente expresse as diversas forças e a situação que a bacia deseja pela representação do Comitê.” Márcia Nascimento, representando segmento governo do estado de São Paulo / Secretaria de Meio Ambiente - SMA, disse da necessidade de inclusão de instrumentos de gestão, por exemplo a Lei específica do Guarapiranga e o PDPA. Gilmar Manguieira representando segmento Sociedade Civil Organizada entidade Federação dos Mutuários dos Moradores do Estado de São Paulo - FMESP disse, “realmente não fiquei satisfeito, depois da última apresentação, exatamente um ano e quatro meses, vi poucas modificações, lamento que tivemos tanto tempo, temos mais duas Leis específicas na Assembléia Legislativa e temos um trabalho que a bem da verdade não avançou quase nada, e quero sugerir que o Grupo de Trabalho da FUSP pegue as novas propostas de Lei específica da Billings, de encontro ao que a Márcia já colocou, que servirá de subsídio. Inclusive a questão do tratamento esgoto na região do Grande ABCD, conheço a realidade do ABC, os números estão bastante avançados.” Domingos Sadalla propôs que a apresentação ocorresse também na Câmara Técnica de Saneamento Ambiental e o Senhor Luiz Fernando se colocou a disposição. Edmundo Garcia, representando segmento municípios, pelo município de São Paulo - PMSP, “Como disse o Sadalla precisamos estender às Câmaras Técnicas e aos Grupos de Trabalhos, no sentido de relacionar com o momento, porque por exemplo no GT-Cobrança, muitas coisas são citadas do seu trabalho, o estudo econômico-financeiro e muitos aspectos do plano, as políticas públicas do estado, da prefeitura de São Paulo, tem que ser olhados no plano, como por exemplo hoje uma parceria do estado prefeitura e Sabesp e então as três Câmaras Técnicas: CT-Planejamento e Gestão, GT-Projetos e CT-

Saneamento, e o GT-Cobrança tem que ter essa articulação.” A Secretária Executiva disse que se conseguissem juntar na Câmara Técnica de Planejamento e Gestão - CTPG e a CT-Saneamento seria o melhor. Após, o Sr. Pedro Ubiratan, Secretário-Adjunto de Meio Ambiente, representando segmento governo do estado São Paulo/SMA disse “até o final deste mês o estado vai indicar os membros do Conselho Curador da Fundação Agência da Bacia, e em segundo lugar dizer que vai ser concluída a Auditoria que foi solicitada pela Secretaria do Meio Ambiente nas contas da Fundação, temos três processos no Tribunal de Contas e foram levantadas pelo Conselheiro Antonio Roque Citadini, uma das contas de 2003-2005, outra das contas de 2006 e outra 2007. As de 2003-2005 e 2006 devem estar concluídas até o final do mês, janeiro, informação do próprio Tribunal de Contas, e por conta dessa questão que o Presidente levanta decidi pela indicação da Diretoria da Agência, ainda que em período transitório e uma sugestão é que a gente crie um pequeno Grupo de Trabalho com quem se dispuser a fazer parte dele, com dois representantes de cada segmento, e em uma reunião extraordinária em plenário rapidamente possamos resolver essa questão tormentosa da Agência e no demais vou deixar para a Secretaria Executiva a propósito da reportagem que saiu hoje na rádio CBN, a propósito de suas colocações do Romildo, vou deixar com o Okano um rol de atividades que estão sendo levadas a efeito pelo Estado a respeito da região da APA da Várzea do Tietê e depois vocês podem tomar conhecimento.” Seguiu-se amplo debate sobre a competência, período de vacância e eleição do Diretor Presidente da Fundação Agência da Bacia do Alto Tietê – FABHAT sendo **deliberado** pelo Presidente reunião extraordinária do Comitê para o dia 11/02/2008, “assunto exclusivo: indicação do Presidente ou da Comissão para Fundação a Agência da Bacia, cada um vem com sua proposta, a pauta é aberta para tratarmos dessa questão, tivemos várias sugestões que poderão ser redirecionadas, revistas e apresentadas e no dia 11 que escolhemos.” Eduardo Coutinho representando Sociedade Civil Organizada entidade Catalisa se posicionou contrário à forma de encaminhamento pois os temas a serem discutidos em plenário deveriam ser comunicados antecipadamente, o Vice-Presidente disse que o tema poderia perfeitamente entrar em pauta se houvesse entendimento e consenso e Romildo de Pinho Campello representando segmento Sociedade Civil Organizada e Vice-Presidente do Sub-Comitê Cabeceiras disse “...esse processo está muito atrasado, o que me assusta é que não tenha sido pautado antes, não o encaminhamento dado pela mesa e a forma de solução, mas a inserção de novos itens de pauta o plenário tem atribuição e pode fazer...”. Domingos Sadalla solicitou que fosse dado a conhecer aos membros do colegiado a Auditoria do Tribunal de Contas, o Vice-Presidente disse “O Tribunal não é agente gestor, ele não tem nenhum papel nesse Comitê a não ser examinar contas, naquelas que lhe são cabíveis, então esse processo de indicação da Agência nada tem a ver com auditoria de ninguém, certo Presidente ? Isso pode trazer conforto a um ou a outro mas independente o processo decisório, se formos esperar a manifestação do

Tribunal de Contas da União, Estado ou Município, Conselho estadual e federal, e todas as instâncias sob as quais podemos ter opiniões não saímos do lugar nunca.” Raimundo Barbosa de Souza representando segmento Sociedade Civil Organizada entidade União das Vilas disse, “Acredito que é muito boa a postura do nosso Presidente Clóvis Volpi em fazer esse sacrifício, com esse prazo mínimo para resolver essa pendência. O que não entendo é uma Agência tão nova já chegar a um ponto de ficar com o cargo em vacância, isso é terrível, discutimos tanto a questão ambiental e a Agência é tão importante nessa questão prevendo a cobrança do uso da água, fazemos parte de municípios que precisam muito disso principalmente municípios do Grande ABC que tem grandes áreas em áreas de proteção de mananciais e na minha opinião acho que a postura do Presidente é muito importante...”. Entrou em apreciação as **Deliberações nº. 01/08 e 02/08**. Laura Perez representando segmento governo do Estado de São Paulo/SMA e Coordenadora do GT-Acompanhamento de Projetos FEHIDRO fez a apresentação “Estabelecimentos de prioridades e critérios para aplicação de recursos e definição de indicadores de avaliação e acompanhamento de projetos”, cuja íntegra encontra-se na Ata completa, destacamos, que os trabalhos se desenvolveram, por oficinas e reuniões do GT e da CTPG, Coordenadas pela Secretaria Executiva do CBH-AT e participaram os Secretários Executivos do CBH-AT e dos Subcomitês. Estabeleceu-se prioridades gerais que visam atender as demandas da bacia do Alto Tietê como um todo e as específicas que visam atender às demandas dos Subcomitês. Do CBH-AT: PDPA e Leis específicas, operacionalização da Lei 12.233/06, ações de saneamento e recuperação ambiental, ações de Saneamento e recuperação de mananciais, controle e fiscalização em áreas de mananciais, ferramentas de gestão de recursos hídricos, inclusive uso racional da água sistemas, plano de bacia, cobrança, programas de investimento, relatórios de situação, sistema de informações gerenciais ao Comitê como um todo e definição de estratégia para a implementação da cobrança pelo uso da água, sistema de comunicação integrado e educação ambiental vinculada às linhas prioritárias da bacia. dos Subcomitês, Alto Tietê Cabeceiras: Saneamento Ambiental disposição final adequada de resíduos sólidos evitar ocupação irregular de áreas de manancial conservação e recuperação do solo especificamente nas áreas rurais e sistemas de drenagem, ampliar a rede de monitoramento qualitativo dos recursos hídricos sistemas de esgotamento sanitário isolados e o controle do uso e ocupação do solo na bacia do rio Jundiaí. Subcomitê Billings-Tamanduateí: Projetos de estudos de alternativas e implantação de sistemas de esgotamento sanitário isolados em pequenas comunidades isoladas, conservação e revitalização de corpos hídricos e áreas degradadas, levantamento fundiário e inventário, campanha de divulgação de instrumentos de regularização fundiária, específica estudos de compatibilizarão dos planos diretores municipais à Lei específica Billings, capacitação e implementação de ações em saneamento ambiental contemplando, no mínimo: sistemas de esgotamento sanitário, geração

sustentável, manejo e disposição final adequada de resíduos sólidos, estudos de mecanismos de controle das ocupações nas áreas de mananciais, política de macrodrenagem, controle de vetores, recuperação de áreas de produção hídrica, mecanismos de desenvolvimento limpo e consumo sustentável. Subcomitê Cotia-Guarapiranga: Conservação e revitalização de corpos hídricos, ações de Saneamento ambiental sistemas de esgotamento sanitário isolados, disposição final adequada de resíduos sólidos, implementar política de macrodrenagem, em Saneamento ambiental há necessidade de focar ações mais específicas e que tenham efeito mais direto em gestão do uso e ocupação do solo apoio ao controle e fiscalização da ocupação irregular de áreas de manancial, Plano de Recuperação de Interesse Social-PRIS e regularização fundiária. Subcomitê Juquery-Cantareira: sistemas de drenagem, planos municipais de Saneamento ambiental, evitar ocupação irregular de áreas de várzea, uso racional da água e sistema de drenagem e controle de cheias. Subcomitê Pinheiros-Pirapora: Saneamento ambiental, implantação de sistemas isolados para tratamento de esgotos, gestão adequada de resíduos sólidos, conservação e revitalização de corpos hídricos, gestão de uso e ocupação do solo para proteção dos recursos hídricos, fomento à cobertura vegetal com o objetivo de proteção e recuperação dos recursos hídricos, recuperação de áreas degradadas e ação não estrutural de gestão do Subcomitê buscando a articulação dos segmentos no dia-a-dia do Subcomitê. A aplicação dos recursos FEHIDRO/2008 deverá contemplar: consolidação e compatibilização dos cadastros e DAEE/Cetesb para a implementação da cobrança na UGRHI-6, levantamento, diagnóstico e avaliação de projetos financiados pelo Fehidro, visando recomendações para o aprimoramento do sistema de comunicação e informações gerais do CBH-AT, elaboração de estudos e serviços técnicos em apoio à implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na UGRHI-6, a partir dos modelos aplicados nos comitês das bacias hidrográficas dos CBH-PS e CBH-PCJ com previsão para até 12/2008. Os recursos não utilizados após a aplicação desses critérios serão devolvidos ao CBH-AT para que, sob a coordenação de sua Secretaria executiva, em conjunto com a CTPG/CBH-AT, sejam definidos novos critérios para sua aplicação. Poderão ser solicitados recursos para: estudos, planos e projetos, serviços, equipamentos que deverão ser instalados e operados de acordo com o cronograma estabelecido, no prazo máximo de 2 (dois) anos obras deverão ser executadas e concluídas de acordo com o cronograma estabelecido, no prazo máximo de 3 (três) anos, e lembrou que o FEHIDRO não disponibiliza a compra de equipamentos diretamente, mas tem que estar atrelado ao desenvolvimento de um projeto. Pré-requisitos para a solicitação de recursos pelos tomadores, estão previstos no Manual de Procedimentos Operacionais - MPO FEHIDRO, empreendimento enquadrado nas linhas prioritárias e propostas com os valores globais mínimos e máximos: estudos, planos e projetos R\$ 50.000,00 e R\$ 300.000,00 serviços e equipamentos R\$ 150.000,00 e R\$ 500.000,00 e obras R\$

150.000,00 e R\$ 1.500.000,00. Critérios de pontuação e hierarquização de empreendimentos do CBH-AT a partir de demandas espontâneas : Tipo de empreendimento projeto pontos obras ou serviços 5 pontos, equipamentos 4 pontos, educação ambiental, capacitação e treinamento 3 pontos. Contrapartida oferecida contrapartida superior a 61% obtêm 5 pontos, de 51% a 60% obtêm 4 pontos contrapartida de 41% a 50% obtêm 3 pontos, 31% a 40% obtêm 2 pontos e de 21% a 30% obtêm apenas 1 ponto. Ações de gestão dos recursos hídricos o município que possuir a Lei Municipal sobre política municipal de meio ambiente promulgada e o Conselho municipal de defesa do meio ambiente implantado e em operação obtêm 5 pontos, no município que possuir Lei municipal sobre política municipal de meio ambiente promulgada obtêm 3 pontos, o município possuir o projeto de Lei municipal sobre a implementação da política municipal de meio ambiente, já protocolado na Câmara municipal obtêm 2 pontos, e o município que não protocolou o projeto de Lei da política municipal de meio ambiente na Câmara municipal obtêm zero ponto e a pontuação se aplica ao município previsto no objeto do empreendimento. Incentivos a ações pró-ativas pontuação acrescida na somatória obtida pela pontuação dos itens I,II e III: empreendimento que apresentar sistema de avaliação e monitoramento (indicadores qualitativos e quantitativos) obtêm 3 pontos, que fomentar parceria entre poder público e organizações da sociedade civil obtêm 2 pontos, prefeitura municipal que aderiu ao programa Município Verde, não necessariamente já ter atendido a todos os requisitos obtêm 2 pontos, e o empreendimento que focar ações ou medidas de recuperação ou mitigação da degradação de mananciais obtêm 2 pontos. O Secretário colocou em votação a Deliberação 01/08, foi **aprovada por unanimidade**. Seguiram-se amplos debates na Deliberação 02/08, que indica projetos prioritários pré-estabelecidos pela CTPG para o CBH-AT. Márcia Nascimento / SMA propôs, as propostas apresentadas serão submetidas à análise da CTPG do Subcomitê e Comitê vinculado ao escopo do projeto e local de aplicação e desenvolvimento do projeto sendo as análises regionais ao Comitê/CTPG e as locais às CTPGs dos Subcomitês. Amauri Pollachi, Secretário Executivo Subcomitê Cotia-Guarapiranga representando segmento Governo do Estado de São Paulo/SSE pediu a complementação “que o fluxograma desse processo de avaliação será deliberado pela CTPG do Alto Tietê em conjunto com as demais CTPGs dos SubComitês, que o fluxograma seja agora em fevereiro democraticamente definido com a participação dos Subcomitês.” Rosa Maria disse, “Acho que o problema é que está tendo dupla função para a CTPG, uma primeira coisa é, a Secretaria Executiva do Comitê recebe os projetos (...) de assuntos variados, a posição que foi defendida aqui, agora, vai caber à Câmara Técnica não necessariamente chamar a Secretaria Executiva, encaminhar para uma Câmara Técnica ou outra, mas o importante é ter um banco de pessoas/profissionais, um banco de pareceristas, laudistas, que possam ler aquele projeto e falar, está bom, está ruim, tem que melhorar(...) nesse momento seria então muito melhor a

Secretaria executiva montar um cadastro de laudistas, ou marcar um dia para que todos os que estiverem interessados, sejam do Subcomitê, do Comitê, especialistas das Universidades, para estar lá no dia X para poder ler esses projetos, nunca é bom que leia uma pessoa só para não ficar com parecer viciado em uma coisa só. Muitos projetos também têm um lado de saneamento e um lado de educação ambiental, é mais motivo para que tenha mais de um parecerista...” Domingos Sadalla disse, “Quando a Secretaria executiva recebe esse conjunto de pleitos a primeira coisa que ela tem que fazer é divulgar a lista de projetos que foram protocolados, amplamente, (...) Proponho para artigo terceiro "As propostas apresentadas ou protocoladas serão submetidas à Câmara técnica de planejamento e gestão-CTPG e Saneamento ambiental para sua seleção segundo os critérios estabelecidos na Deliberação CBH-AT no. 01/08, de 28/01/2008.” Eduardo Mário Raccioppi representando segmento Sociedade Civil Organizada entidade Instituto Aruandista de Pesquisa e Desenvolvimento e Vice-Presidente Subcomitê Billings-Tamanduateí propôs “...convocar uma reunião prévia para determinar quais são as demandas e quais seriam os possíveis tomadores desses projetos para discutir dentro do Subcomitê, esse é um caminho que podemos tomar para acelerar esse processo. E a participação acho que pode ser algo parecido com o que propôs a Rosa, que os Subcomitês se incorporem a esses pareceristas. A outra questão para encaminhar é que se coloque no artigo terceiro o parágrafo único "Que nenhum parecerista poderá ser tomador”. Eduardo Trani, representando segmento governo do estado de São Paulo/Secretaria de Habitação e Coordenador da CTPG disse que tão logo a Secretaria Executiva divulgasse convocariam a data para constituir o Grupo de análise, composto tanto das CTs dos Subcomitês como das demais CTs que estiverem organizadas. O Presidente sintetizou : "As propostas apresentadas serão submetidas às Câmaras técnicas do Comitê e Subcomitês sob a Coordenação da CTPG", o Secretário Executivo disse que a Secretaria Executiva se comprometia na divulgação dos projetos, o Presidente então colocou em votação o artigo terceiro “os que estiverem em acordo permaneçam como estão e os em contrário se levantem, referente ao texto apresentado aqui para o artigo terceiro. **Aprovado**, com Parágrafo único no artigo terceiro, é vetado ao tomador ser parecerista.” Eduardo Coutinho propôs, no artigo primeiro incluir item V com adequação à infra-estrutura para Fundação Agência de Bacia do Alto Tietê, no item terceiro sobre o sistema de comunicação e informações gerais do CBH-AT, acrescentar a criação do Centro de Visualização e Monitoramento da Bacia do Alto Tietê e também para que a entrega das propostas fosse na Agência de Bacia. Thiago Araújo representando segmento municípios pelo município de Cajamar disse “Foi consensuado, não acharam que era a hora de inserir como prioridade específica, pelo GT e nas contribuições dos Subcomitês.” O Presidente ponderou que não era o momento para dotar a Agência com mais infra-estrutura do que possuía no momento e pediu a retirada da solicitação e também ponderou, “somente nesse ano enquanto acertamos a



Agência, mesmo porque no dia 11/02 teremos uma reunião (...) Fica o compromisso de ordem moral de só esse ano.” o Secretário concluiu dizendo que o endereço de entrega seria também incluído. Sobre o Centro de Visualização e monitoramento da Bacia do Alto Tietê Thiago Araújo disse, “...pelo que tivemos de discussão até agora, das indicações de comunicações e informações gerais para a bacia hidrográfica do Alto Tietê era para contemplar algumas coisas: primeiro, comunicação das Leis específicas, juntando todos os Subcomitês e o Comitê na divulgação e fizesse um banco de dados hidrológicos e de monitoramento, quali e quantitativo, então, pelo que entendo, desculpe se tiver enganado, no item III Sistema de Comunicação e Informações gerais era para contemplar além de banco de dados o sistema de recuperação das informações tanto de água, de reuniões, e também alocar um site para o Comitê.” O Secretário disse, “São duas coisas, uma, tem que fazer proposta para a Câmara de Planejamento, apresentar a rede proposta e o compromisso que vai estabelecer com o monitoramento. Outra coisa é a visualização dos dados que são monitorados hoje. Para quem não sabe eles estão disponíveis, em todos os pontos, na rede Cetesb. Já temos monitoramento, o do DAEE também, então já existe divulgação. Espero que o INPE não faça como fez no Comitê Paraíba do Sul, porque vai ter que ter um convênio com o Comitê, onde era prometido instalar sete estações de monitoramento e só instalaram três, eu já entro em uma análise do INPE com pé atrás em função disso.” Thiago esclareceu que seriam elaborados Termos de Referência, de conteúdo mínimo indicado pela CTPG aos tomadores, “diria que na verdade esse item já está contemplado pelo item III das demandas induzidas, não há necessidade de se criar um item específico para isso...”, o Presidente disse “a Câmara técnica de planejamento e gestão é que define isso”, colocou em votação e foi **aprovado**.

Cumprida a ordem do dia o Senhor Clóvis Volpi Presidente do Comitê da bacia hidrográfica do Alto Tietê deu por encerrada a reunião.

Eu, Maria Emília Botelho, como Secretária Executiva-Adjunta coordenei a presente Ata, que foi elaborada em conformidade com as laudas taquigráficas da reunião, sendo que a Ata completa contém a íntegra desta reunião extraordinária.